



Regras de Consulta

Contratos de Concessão Aeroportuárias

Documentos mais relevantes da ICAO sobre Regulação Econômica

– Doc 9082 - ICAO's Policies on Charges for Airports and ANS

- Políticas recomendadas (superior ao Doc. 9562)

– Doc 9562 – Airport Economics Manual

- Documento de orientação (sujeito ao Doc. 9082)

Documentos estão sempre em constante revisão para sejam mantidos atualizados

DOC 9082 - ICAO's Policies on Charges for Airports and ANS

- **Princípios-chave de precificação da infraestrutura aeroportuária**
 - Não discriminação
 - Relação com custos
 - Transparência
 - **Consulta aos usuários**
- **Regulação econômica**
 - Minimizar risco de condutas anti-competitivas e abuso de posição dominante
 - Garantir não discriminação e transparência
 - Garantir que investimentos atendam a demanda atual e futura de forma eficiente

To promote these objectives, **States should ensure that airports consult with users**

- **Contratos das primeiras rodadas de concessões**
 - Conflitos não são residuais
 - Denúncias feitas sem que as partes tentem resolver seus conflitos
 - Denúncias não são acompanhadas de informações e argumentação adequadas
 - Atuação da ANAC compondo administrativamente conflitos demonstra potencial de sucesso na promoção de diálogo entre as partes, evitando o potencial de criação de ineficiências econômicas.
 - Porém, a ausência de dialogo entre concessionárias e usuários dificultavam até mesmo a atuação da ANAC como mediadora de conflitos.

Objetos

A Concessionária deverá consultar as partes interessadas relevantes, e em relação às suas propostas para os seguintes objetos, ao menos:

Remuneração

Propostas de Tarifação

**Preços de Áreas e
Atividades Operacionais**

Investimentos

Anteprojetos

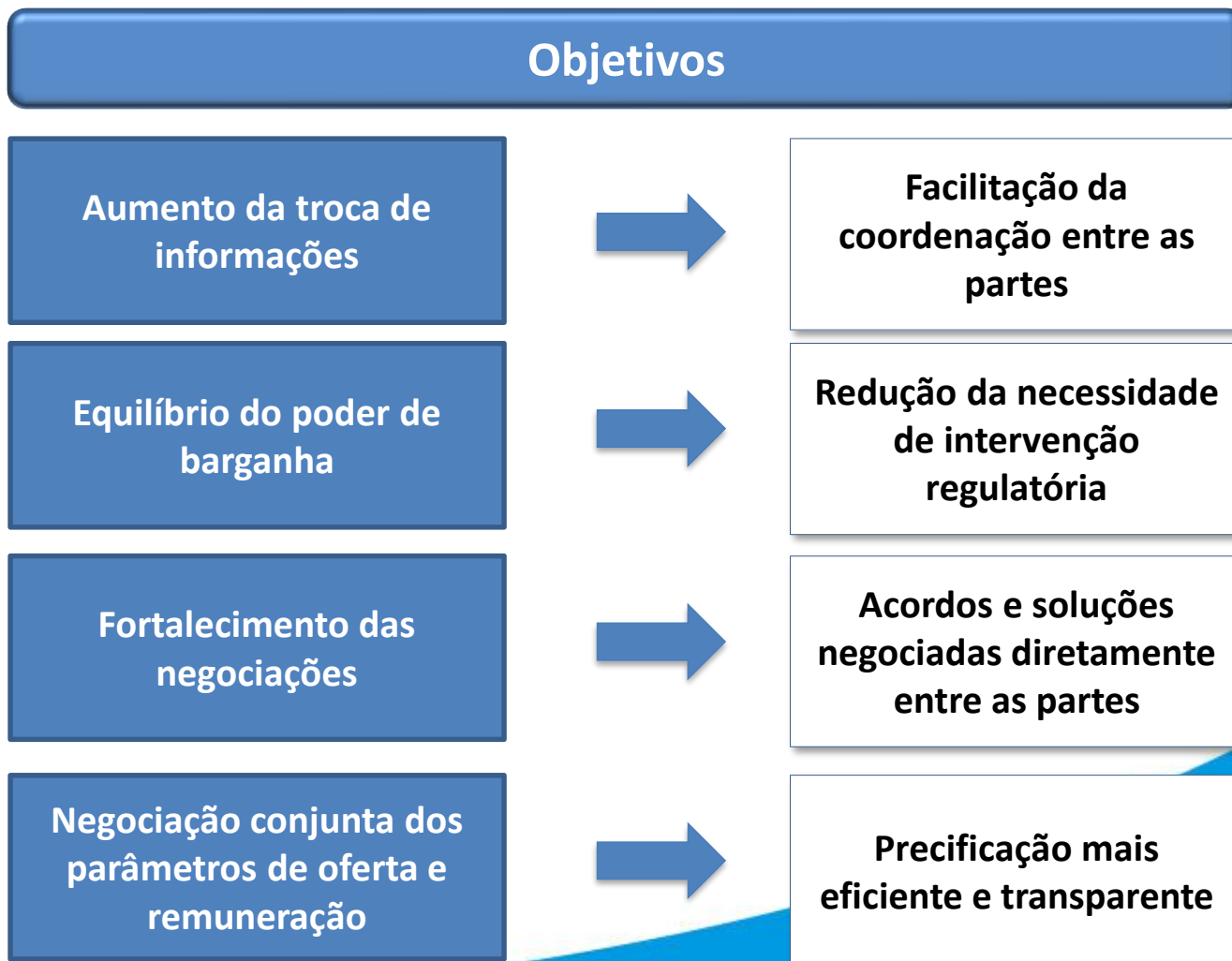
**Plano de Gestão da
Infraestrutura (PGI)**

Serviços

**Plano de Qualidade de
Serviço (PQS)**

Acordos de Nível de Serviço

Objetivos



Concessionária tem flexibilidade para definir como colocar em prática a consulta

ANAC deve ser flexível ao avaliar cumprimento das cláusulas

Partes interessadas podem ajudar na formação de consultas adequadas

Identificação das partes interessadas

Concretização do objetivo da consulta pode configurar cumprimento do requisito

Associações ou comitês podem identificar ou representar partes interessadas

Compartilhamento de informações

Prazos e meios para manifestações

Ajustes ou nova consulta podem ser propostos ao invés de penalidades

Procedimentos podem ser acordados pelas partes em protocolos

Respostas e negociações

ANAC se coloca à disposição para auxiliar as partes durante o processo de consultas

O breve histórico mostra que as negociações entre aeroportos e empresas aéreas pode se concentrar em discussões sobre a correta interpretação das normas da ANAC.

Assim, a ANAC pode ajudar a reduzir as dúvidas quanto às normas da ANAC e permitir que as partes se concentrem no resultado final.

**Exemplo:
Consulta - BHS de aeroportos concedidos.**

Remuneração

Tarifas

Regulação específica para Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Vitória e Cuiabá

Receita Regulada

Tarifas de Embarque, Conexão, Pouso e Permanência, em operações regulares

Receita Teto por Passageiro

Regulação das principais atividades, com mais flexibilidade

Indicador	Aeroporto	RT (R\$)
SBRF	Recife / Guararapes – Gilberto Freyre	34,88
SBVT	Vitória / Eurico de Aguiar Salles	34,91
SBCY	Cuiabá / Marechal Rondon	31,73
SBMO	Maceió / Zumbi dos Palmares	35,39
SBJP	João Pessoa / Presidente Castro Pinto	34,65
SBAR	Aracaju / Santa Maria	34,67

Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Teto Tarifário

Prevenção a barreiras à competição com zonas secundárias

Consultas aos usuários sobre aumentos tarifários

Relatório de Consulta

Acompanhamento mais próximo de eventuais conflitos

Tarifas

Não serão estabelecidas restrições tarifárias diretamente pela ANAC

Todas as tarifas dos demais aeroportos

Tarifas de armazenagem e capatazia em todos aeroportos (exceto trânsito)

Tarifas de operações de aviação geral e executiva em todos aeroportos

Precificação deverá seguir boas práticas

Usuários terão espaço para se manifestar

ANAC poderá suspender alterações tarifárias

Preços de Áreas e Atividades Operacionais

Regulação específica para Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Vitória e Cuiabá

A remuneração deve ser definida em função de critérios objetivos e não discriminatórios, tais como nível de serviço, disponibilidade de facilidades e previsão de investimentos, entre outros critérios economicamente relevantes.

Identificar e consultar partes relevantes dentre aéreas e ESATA

Apresentar protocolo que ateste consulta e formalize concordância

ANAC deve aprovar o protocolo antes de sua implementação

ANAC pode determinar revisão caso não se atendam princípios e regras de consulta

Caso não alcance concordância, poderá solicitar arbitramento pela ANAC

A ANAC levará em consideração o engajamento das partes em eventual decisão

Preços de Áreas e Atividades Operacionais

Demais aeroportos

A remuneração deve ser definida em função de critérios objetivos e não discriminatórios, tais como nível de serviço, disponibilidade de facilidades e previsão de investimentos, entre outros critérios economicamente relevantes.

Identificar e consultar partes relevantes dentre aéreas e ESATA

A Concessionária deverá, sempre que solicitado, apresentar à ANAC relatório de consulta

ANAC pode determinar revisão caso não se atendam princípios e regras de consulta

Em caso de descumprimento das regras de consulta, a ANAC poderá, a qualquer tempo estabelecer regulação dos preços

Qualidade de serviço

Plano de Qualidade de Serviços

Responsabilidades, procedimentos e requisitos mínimos de qualificação para a equipe

Programa de capacitação e treinamento para a equipe

Sistematização das necessidades dos Usuários

Protocolos de assistência ao passageiro

Serviços de informação

Relatório de Qualidade de Serviço

Plano de Ação

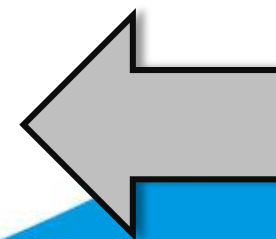
Plano de Qualidade de Serviços

Plano de Ação

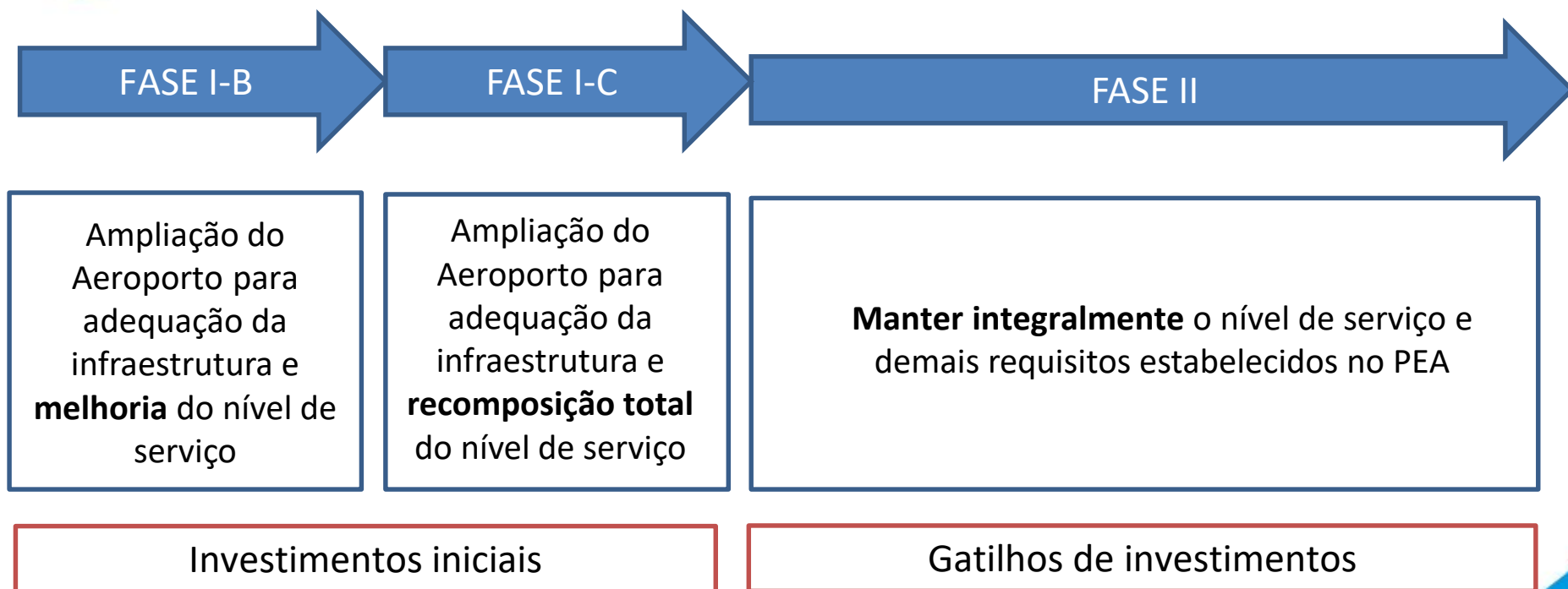
Áreas com baixo desempenho na qualidade de serviço mensurado

Problemas identificados por meio de sistema utilizado para verificar as necessidades dos Usuários

Acordos de nível de serviço



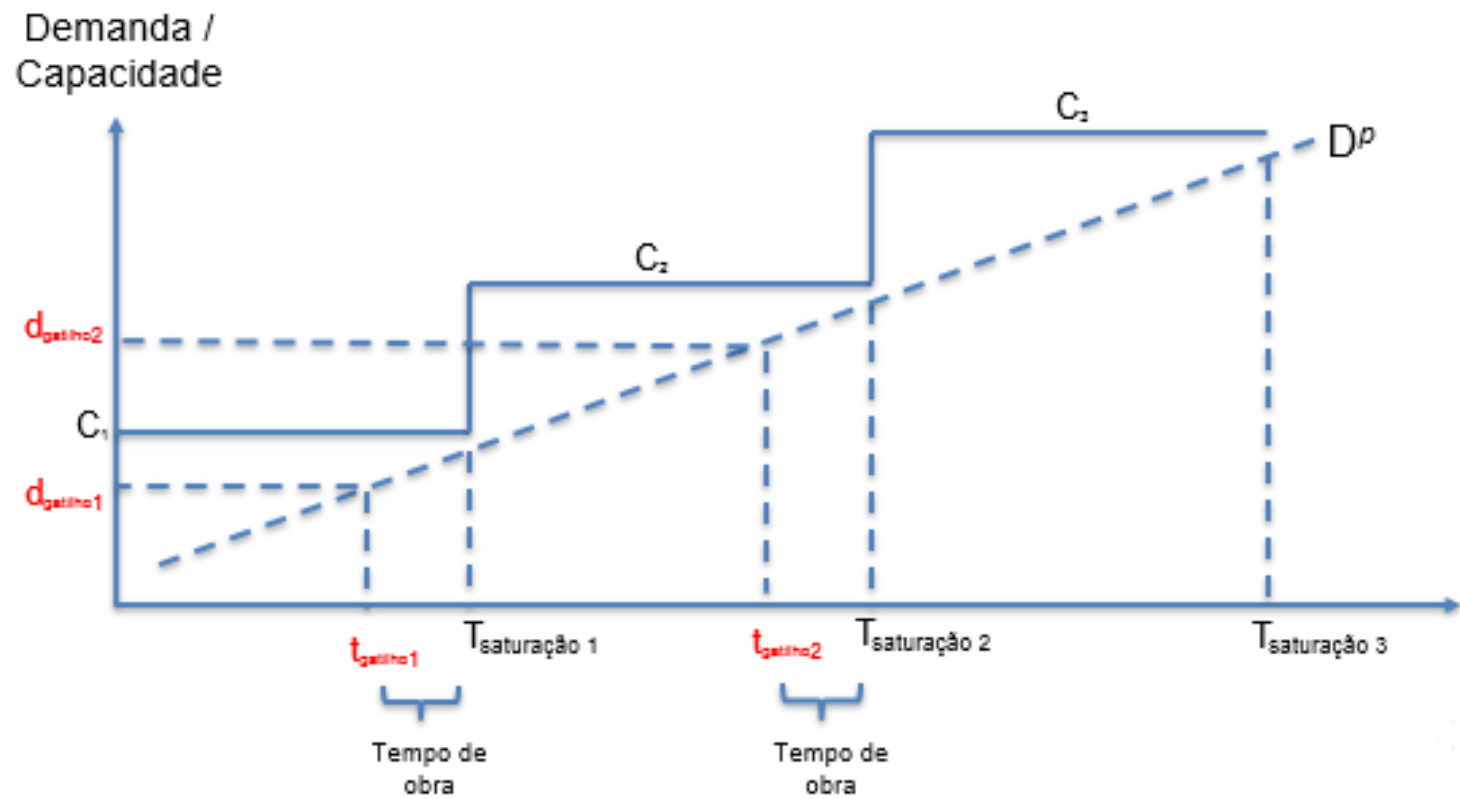
Investimentos



- *Demanda de atendimento pré-fixada;*
- *Prazos pré-estabelecidos;*
- *Fases pré-divididas.*







LADO TERRA

- Atendimento ao nível de serviço;
- Requisitos de infraestrutura.

LADO AR

- Tornar o aeroporto apto a operar aviação comercial regular.

6.2.2. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C, em até 36 (trinta e seis) meses após a data de eficácia do contrato.

6.2.2.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves código 3C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.





- Fundamental no ambiente de investimentos mais adequados à realidade do aeroporto (menos prescritivos);
- Papel de definir os investimentos adequados é assumido pelo mercado;
- Propicia interação entre stakeholders e melhora comunicação;
- Visa antecipar problemas operacionais e eventuais gargalos;
- Proporciona flexibilidade para a Concessionária propor e adequar seus planos de negócios.

Proposta Apoiada

Proposta Apoiada

Mecanismo de flexibilização regulatória

Procedimentos e regras não definidos à priori para permitir maior flexibilização

Promove eficiência na gestão

Preserva o Equilíbrio Econômico-Financeiro

Deve ser aprovada pela ANAC levando em consideração boas práticas e interesse do usuários finais

Em vigor pelo período de 5 anos (pode estender se demonstrada a necessidade)

Prevalece sobre dispositivos contratuais

ANAC poderá atuar como mediadora

Negociações podem servir de subsídio para ANAC estabelecer os Parâmetros

Proposta em acordo com empresas aéreas

Alterar valor de Receita Teto, Teto Tarifário ou Modelo

Alterar obrigações contratuais ou estabelecer novos compromissos

Estabelecer parâmetros da Concessão